



Recebido em 27/04/2022

Aceito em 26/09/2022

DOI: 10.26512/emtempos.v1i41.43074

A História da Câmara de Vereadores de Taquari no Século XIX, Rio Grande do Sul

The History of the Taquari City Council and the 19th Century, Rio Grande do Sul

Fernanda Schmitt

Doutoranda em História pela UFRGS

Karen Daniela Pires

Doutora em Ambiente e Desenvolvimento pela UNIVATES

Marcos Rogério Kreutz

Doutor em Ambiente e Desenvolvimento pela UNIVATES

Neli Teresinha Galarce Machado

Professora da UNIVATES

<https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>

RESUMO: A fundação e formação política do município de Taquari, Rio Grande do Sul, está ligada, dentre outros fatores, às pretensões da Coroa portuguesa nos séculos XVIII e XIX. Portugal disposto a tomar posse do território conquistado a partir do Tratado de Madrid (1750), estabeleceu um povoado transformado, ainda no século XVIII, em Freguesia, o qual alcançou o *status* de vila em 1849. A emancipação política da Vila de Taquari propiciou a formação de uma elite local representada na Câmara de Vereadores. O objetivo do artigo é apresentar a história do estabelecimento da Câmara de Vereadores entre os anos de 1849 e 1852. Fez-se uso de bibliografias regionais, das Atas e dos Ofícios da Câmara de Vereadores de Taquari, do período descrito.

PALAVRAS-CHAVE: Câmara Municipal. Política. História. Taquari. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: The foundation and political formation of the municipality of Taquari, Rio Grande do Sul, is linked, among other factors, to the intensions of the Portuguese Crown in the 18th and 19th centuries. Portugal, willing to take possession of the territory conquered from the Treaty of Madrid (1750), established a village transformed, still in the 18th century, into Freguesia, which reached the status of village in 1849. The political emancipation of Vila de Taquari led to the formation of a local elite represented in the City Council. The objective of the article is to present the history of the establishment of the City Council between 1849 and 1852. Regional bibliographies, Minute and Documents of the Taquari City Council of the described period were used.

KEYWORDS: City Council. Policy. History. Taquari. Rio Grande do Sul.

Introdução

A história das cidades e dos primeiros espaços urbanos do interior do Brasil do século XIX, são importantes fontes de estudo, porém ainda carece de estudos mais avançados, tanto no campo da História e da Geografia quanto do campo da Arquitetura. Freitas (2019) escreve que “As cidades, como as vemos quando andamos nas ruas, são frutos de um processo no tempo e no espaço, em que transparecem histórias [...]. Parte-se da premissa de que as cidades são “O testemunho das coisas úteis e duráveis” é assim que apresentamos Taquari, município localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, nosso foco de análise (MENESES, 2018). Como pesquisadores, tratamos a cidade de Taquari como um artefato social onde importantes disputas políticas foram forjadas no que é nosso ponto de partida para a investigação: a Câmara de Vereadores.

Ainda no século XVIII, em 1765, o povoado de Taquari sucedeu a Freguesia¹ São José de Taquari. Essa transição se deu no mesmo período em que a província de São Pedro do Rio Grande do Sul também passava por mudanças. A partir das emancipações das freguesias, a fisionomia política foi se alterando, o que acabava por acompanhar uma tendência dos demais povoados e freguesias da província. Mas só em 1849, São José de Taquari é elevada à categoria de vila². Para administrar a recém emancipada vila foi necessário criar um aparato burocrático. Uma das instituições necessárias para alcançar o *status* de vila na época, seria a constituição da Câmara de Vereadores. Assim, a Câmara e demais cargos diretivos foram preenchidos por uma elite local, concebida durante a primeira metade do século XIX³. Dessa forma, os espaços políticos e os administrativos possibilitaram para essa elite, o fortalecimento de suas redes, além da manutenção de privilégios e de poder. Trata-se de um grupo social denominado “elites”, uma minoria que dirige a sociedade, exerce o poder e disputa a liderança política (BOTTOMORE, 1974).

A partir do exposto, o presente artigo tem como objetivo apresentar o contexto histórico e político da Câmara de Vereadores de Taquari. Em relação à metodologia escolhida para esse artigo optou-se pela pesquisa bibliográfica sobre o tema e análise

¹ Segundo Sarmiento (2007), freguesia significa “igreja paroquial”. A paróquia, por sua vez, significa uma igreja matriz com pároco. Assim, paróquia ou freguesia são parte da divisão administrativa da Igreja e ficam subordinadas a uma diocese, podendo também ter capelas nas localidades mais distantes. Conforme Osório (2015, p. 70), “No Rio Grande do século XVIII, a escassez de capelas filiais fez com que o termo freguesia se tornasse, na prática, sinônimo de povoação e a referência mais frequente aos aglomerados urbanos”.

² A designação de vila era dada para aquela localidade que poderia se autogerir e possuir uma câmara com seu território próprio de jurisdição (FONSECA, 2011; OSÓRIO, 2015).

³ O conceito sociológico do termo “elite” no artigo de Monteiro (2019, p. 25) destaca que primeiramente o termo “[...]se refere de forma geral àqueles indivíduos pertencentes aos grupos melhores situados na estrutura social como um todo. Esse termo surgiu com as obras de Mosca e Pareto sobre as características elitistas da minoria que detinha o poder, foi radicalizado com a noção de classe dominante pelo marxismo e adquiriu corpo com as proposições de Mills (1959) sobre os grupos no poder. Nos anos 1960, esse termo teve seu caráter monolítico contestado pelas pesquisas locais daqueles que defendiam a natureza pluralista das elites, como Dahl (1961) e Putnam (1976). Posteriormente a esse período poucas contribuições surgiram na Ciência Política em relação a este debate (Scott, 1995)”.

documental. A análise documental se deu com as informações contidas e transcritas das Atas e Ofícios da Câmara de Vereadores de Taquari, entre os anos de 1849 a 1852⁴.

A freguesia de São José de Taquari

Na medida em que o Tratado de Madrid foi assinado (1750), a Coroa portuguesa sob administração do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, ordena a nova demarcação dos limites do território que passa a fazer parte de Portugal, bem como se iniciam os preparativos para a remoção das aldeias jesuíticas da margem oriental do rio Uruguai (OSÓRIO, 2015). Nesse contexto, em 1751, o mesmo governador ordenou a construção de um forte a caminho das Missões. Situado na margem esquerda do Rio Jacuí, o mesmo foi batizado com o nome de Jesus, Maria, José (VOGT; ROMERO, 2010; OSÓRIO, 2015).

A construção do Forte Jesus, Maria, José, com o aquartelamento dos Dragões, deu origem à fundação essencialmente militar de Rio Pardo. Segundo Vogt e Romero “O forte e, por consequência, o povoado que se formou em seu entorno estavam em posição estratégica. O local elevado permitia ampla visão dos arredores” (2010, p. 19). O mesmo era na época, o ponto mais extremo dos portugueses em direção às Missões (VOGT; ROMERO, 2010). Em 1762 foi elevada à categoria de Freguesia Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (OSÓRIO, 2015).

Na mesma margem, local que foi escolhido estrategicamente, Portugal estabeleceu armazéns reais para apetrechos de guerra, alimentos, vestimentas, entre outros. Produtos que abasteciam os exércitos portugueses nas incursões às Missões. Anos mais tarde, em 1773, o local foi elevado a Freguesia de Santo Amaro, região que mais tarde vai receber os imigrantes açorianos (CHRISTILLINO, 2004; OSÓRIO, 2015).

As decisões políticas do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, resultaram na criação do povoado que receberia o nome de São José de Taquari (Figura 01). Localizado na margem esquerda do Rio Taquari, o processo de ocupação lusitana na região iniciou com a doação de sesmarias. Em 1754, o governador concedeu as primeiras sesmarias de terras na época a Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme (CHRISTILLINO, 2004).

⁴ As Atas e Ofícios estão sob a guarda da Câmara de Vereadores de Taquari, localizada na rua Daniel M Bizarro, 10 - Centro, Taquari - RS, 95860-000. Os documentos também foram digitalizados pelo Centro de Memória, Documentação de Pesquisa da Univates, Lajeado, disponível em <https://www.univates.br/mcn/centro-de-memoria-documentacao-e-pesquisa-da-univates-cmdpu/acervos>

A partir de então, novas mudanças na divisão territorial aconteceram. A partir de abril de 1819, o Rio Grande do Sul passa a ter uma nova configuração política, pois uma nova vila é criada, a Vila Nova de São João da Cachoeira (VOGT; ROMERO, 2010). Com a mudança, a Vila de Rio Pardo perde território, enquanto que Porto Alegre agrega, passando assim, as Freguesias de Taquari e Santo Amaro a pertencer a esta jurisdição.

Com a independência do Brasil, o sistema de capitanias não tinha mais espaço no país, tanto que no dia 23 de outubro de 1823 foi aprovada a lei que transformou as antigas capitanias em províncias. Com esta mudança foi criada a função de presidente de província, em que este seria o chefe do Poder Executivo e representante do Imperador, além de manter a vila como base da administração (MATTOSO, 1992).

Assim, seguindo as mudanças políticas da Província, no ano de 1831, a Freguesia de Triunfo se emancipa e é elevada à categoria de vila. Neste momento, vai agregar para si alguns distritos próximos, dentre eles, as Freguesias de Taquari e de Santo Amaro. O fato das novas vilas receberem as freguesias mais próximas ao seu termo era comum, e já havia acontecido com Taquari no momento da emancipação de Triunfo, pois isso facilitava o acesso dos moradores ao Poder Público.

No ano de 1849, foi a vez da Freguesia de Taquari se emancipar e ser elevada à categoria de Vila (Figura 02). A criação da Vila de Taquari ocorreu oficialmente no dia 04 de agosto de 1849 por meio da Lei Provincial nº 160. Na época, a Freguesia de Santo Amaro passou a pertencer aos limites da nova Vila de Taquari.

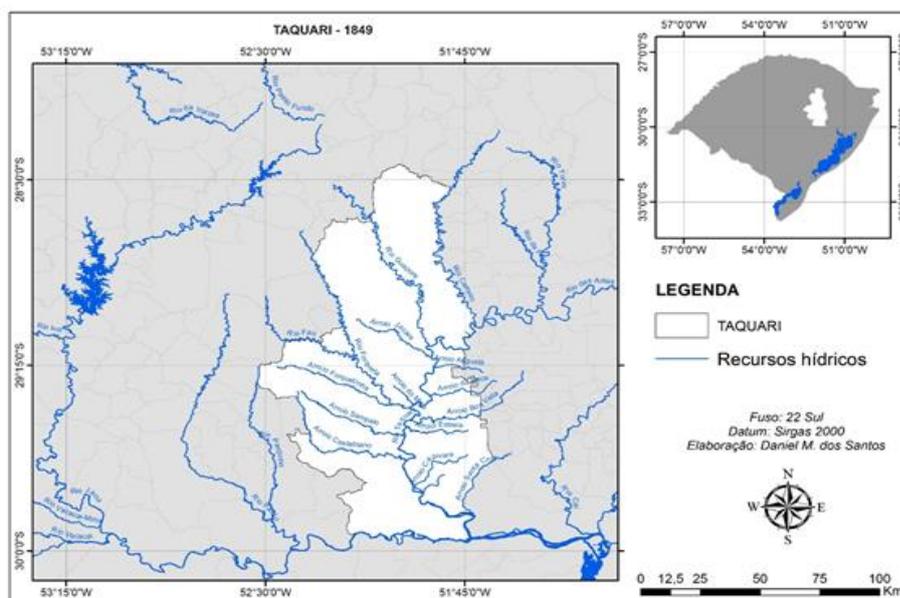


Figura 02. O território da Vila de Taquari em 1849. Fonte: Laboratório de Arqueologia/Univates (2016).

A partir de meados do século XIX a então Vila de Taquari passa a figurar no cenário político da província, uma vez que é constituído um aparato político e administrativo. Ao longo do tempo muitas freguesias foram elevadas à categoria de vilas por causa do desenvolvimento e crescimento econômico destes locais.

O Brasil no século XIX e a formação da elite local

Sumariamente, foi no século XIX que o Brasil deixou de ser uma colônia e passou a abrigar uma família real que mesmo após sua independência de Portugal, ocorrida em 1822, continuou governando sua “ex colônia”. O novo país independente é aclamado por discursos liberais inspirados na Revolução Francesa (1789-1799). Porém, o regime de governo persiste como monárquico. As relações e a descrição da formação de uma elite local em Taquari do dezenove alinham-se ao contexto da escravidão e pós abolição, bem como a formação dos primeiros centros urbanos com estruturas de cidades e de aparatos políticos e jurídicos. No caso em questão a influência da instalação da câmara de vereadores e do corpo político que ali vai se estabelecendo demonstra a formação dessa elite empoderada.

Para esse artigo desenhamos um argumento, ainda embrionário, para a composição e características conceituais do que averiguamos na bibliografia da elite local de Taquari, a qual está baseada nos estudos de historiadores e sociólogos. A premissa é de que os indivíduos que tinham criação de gado, cultivo de trigo, madeiras, além de serem donos de lojas e vendas locais, bem como os militares com alto poder aquisitivo faziam parte desse grupo de privilegiados. Os vereadores, pelo que se observa nas Atas⁵ e Ofícios analisados, especialmente nos Ofícios 46 e 49 de 1850 (LIVRO 12, 1850), seriam todos advindos dessas categorias.

Continuando a argumentação, o tema abolição começou a ser discutido no Brasil, em detrimento da pressão da Inglaterra durante o período do segundo Império. Os ingleses queriam o cumprimento da lei antitráfico, de 7 de novembro de 1831. Mas mesmo com a imposição da lei, a situação da escravidão não foi resolvida. E, ao invés de extinguir o trabalho escravizado, o Brasil optou pela conciliação e com isso apenas contornou o problema, que não parou de crescer, levando muitos anos para ser resolvido (LOPEZ, 1982). Os discursos abolicionistas surgem em meados do século XVIII, no contexto da ilustração europeia, com questionamentos em relação à legitimidade da escravidão e em um momento da elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), ao final da Revolução Francesa. Desde então, por diferentes maneiras, e com a emancipação escrava no Haiti, em 1794, até a abolição definitiva da escravidão no Brasil, em 1888, a instituição escravista foi legalmente extinta em praticamente toda a Afro-América (RIOS; MATTOS, 2004).

Após a Independência, a luta foi intensa para a manutenção dos privilégios das classes abastadas, bem como a busca pela integridade do território nacional, tendo em vista o exemplo de desintegração territorial, ocorrido nos países vizinhos. Muitos movimentos e rebeliões contrários ao regime e a própria independência transformaram o Brasil em um palco de guerra civil. As dificuldades foram intensas e a promulgação da primeira Constituição revelou que o caráter do novo governo não seria diferente e menos autoritário que o antigo.

Em meados de 1850 verifica-se um fortalecimento e uma maior centralização do poder monárquico. Foi neste contexto que algumas decisões sobre questões relevantes tiveram impacto direto nas elites locais. O primeiro se refere à aprovação da Lei Euzébio de Queiroz (CHRISTILLINO, 2006). A Lei Euzébio de Queiroz (1850) teve como consequências imediatas o aumento do preço de cada escravizado, além de uma ampliação significativa do tráfico interno. No que se refere a aplicação da Lei de Terras

⁵ Atas da Câmara de Vereadores de Taquari (1849 a 1852).

(1850), esta foi mais uma forma de aproximação entre as elites agrárias e a Coroa, na medida em que a lei delegou às estruturas locais de poder, o comando para a aplicação da mesma. A estratégia da Coroa tinha como objetivo estabelecer um equilíbrio político com as elites locais de cada província e amenizar o impacto da Lei Euzébio de Queiróz.

É neste contexto, meados do século XIX, que a Freguesia de São José de Taquari se transforma em vila e, a partir de então, estabelece a Câmara de Vereadores. O uso apropriado do poder político poderia garantir a segurança econômica e social das elites locais, o que justifica a importância dada ao cargo de vereador em um momento de transição. Depois da Independência do Brasil, a autonomia de que gozavam as câmaras municipais é drasticamente diminuída com a Constituição de 1824, e a Lei de 1 de outubro de 1828. A duração da legislatura é fixada em quatro anos e o vereador mais votado assumia a presidência da câmara, visto que até então não havia a figura do "prefeito", a não ser pelo presente do alcaide (equivalente a prefeito, com poderes menores). Assim, todos os municípios deveriam ter um Presidente, três vereadores, um procurador, dois almotacés, um escrivão, um juiz de fora vitalício e dois juizes comuns, eleitos juntamente com os vereadores. Eram os responsáveis pela coleta de impostos, pela regulação do exercício de profissões e ofícios, pela regulação do comércio local, além de cuidar da preservação do patrimônio público. Também criavam e gerenciavam as prisões. Nas Câmaras municipais, era onde ocorriam todas as leis e ordens e era o lugar onde trabalhavam os políticos da época⁶.

Entre as pautas da Câmara de Vereadores estava a questão da posse de terras, sendo uma das mais discutidas nos primeiros anos de formação da vila, assim como a infraestrutura da vila, como a preocupação com a construção de caminhos e de pontes sobre o Rio Taquari e seus afluentes, para facilitar o escoamento de mercadorias e de escravizados, além de ampliar a rede de contatos com as demais vilas e províncias. Para Comissoli (2006), os integrantes da Câmara eram aqueles que intermediaram os interesses entre a localidade e o governo central, o elo entre as partes.

Para compreender a importância e o significado de ocupar um cargo na Câmara de Vereadores nota-se o que esta instituição significava no período em questão. Somente após a emancipação política, quando é elevada à categoria de vila, é que passa a contar com uma Câmara de Vereadores. Este fato mudou a forma como a população taquariense atuava no cenário da Província, pois a partir de então, passou a eleger seus próprios representantes.

Em Taquari, os representantes da Câmara detinham a posse de terras e, por meio destas, poderiam barganhar com o governo central, além de dominar os espaços rurais e urbanos. Muitos foram os pedidos de terras à Coroa para a região de Taquari, pois os requerentes queriam estabelecer suas fazendas com a mão de obra escravizada.

Segundo Christillino (2010, p.81), faziam parte desta elite as milícias sul rio-grandenses, pois

[...] os principais chefes milicianos eram proprietários de terras florestais, como foi o caso das famílias Ribeiro, Azambuja, Vilanova e Mariante. O capital político e familiar desses clãs residia no seu poder de mobilização de milícias e na acumulação de cargos no interior da burocracia provincial. Logo, os “coronéis do

⁶ Ver <https://www.quirinopolis.go.leg.br/institucional/historia/historia-das-camara-municipais-no-brasil>

mato” conquistaram um importante espaço na política sul-rio-grandense do período.

Assim, em função das atividades realizadas nas fazendas e propriedades locais, a elite de Taquari estava constituída por donos de serrarias e pedreiras, os quais eram donos de grandes áreas de terra, além de um importante capital político. As famílias Azambuja, Mariante, Louzada, Ribeiro, Praia, entre outros, por meio de suas relações de prestígio na Província, pelos postos que ocupavam na Guarda Nacional e pelo uso de cargos burocráticos, acabaram por garantir benefícios para uma parcela minoritária da população regional.

A elite local possuía propriedades e atuava no cenário político da região de Taquari. Percebe-se que os sobrenomes citados anteriormente aparecem em documentos cartoriais e paroquiais já estudados por outros pesquisadores como Christillino (2004, 2010) e Pires (2016, 2021), demonstrando com isso um poderio econômico que envolvia também a posse de escravizados. Alguns com escravarias menores e outros com uma posse significativa para os padrões da época. Aspectos estes que contribuem para a compreensão da formação e da consolidação de um grupo com poder na região. Conforme estudos de Pires (2016), a maioria dos fazendeiros teve de um a cinco escravizados. Muitos se destacaram na posse de seis a dez escravizados, com o uso predominante de homens. Há registros de apenas uma pessoa tendo posse de mais de cinquenta escravizados e também foi o único que fez uso maior da mão de obra feminina. Sobre esse proprietário há disponibilidade de informações escritas, o que possibilitou conhecer a maneira pela qual adquiriu suas propriedades e a quantidade significativa de escravizados para a região que hoje se denomina de Vale do Taquari.

Entre os proprietários que utilizaram a mão de obra escravizada consta os nomes do casal Coronel Antônio Israel Ribeiro e Anna Martins Ribeiro, que possuíam vinte e sete escravizados. Ribeiro tinha terras em torno da Fazenda da Estrela. Era proprietário de uma residência na Fazenda dos Barros e pai de Antônio Frederico Ribeiro, que em razão da doença do pai assumiu os negócios da Fazenda dos Barros (HESSEL, 1983; FARIAS, 2012).

Percebe-se como escreve Farinatti e Vargas (2014) que o contexto da primeira metade do século XIX com os ordenamentos políticos em diferentes territórios, a abertura e a expansão de novas frentes de produção e os circuitos comerciais contribuíram para que o papel das relações familiares, sobretudo na produção do poder das elites locais e regionais fosse representativo. Em Taquari não foi diferente.

A primeira Câmara da Vila de Taquari e os Vereadores

No Brasil, em 1849, o voto era censitário, ou seja, só votavam os cidadãos com renda anual igual ou superior a 200 mil réis para eleitores de primeiro grau, e 400 mil réis para eleitores de segundo grau. Ademais, só podiam participar das eleições homens maiores de 25 anos, salvo se com 21 anos fossem casados ou ocupassem cargos militares (NICOLAU, 2002).

As fraudes eleitorais eram comuns devido à falta de fiscalização no processo. Pessoas com direito ao voto poderiam ser deixadas de fora, assim como o voto em troca

de favores se tornou prática comum. O voto não era secreto, o que dificultava ainda mais o combate às fraudes (FERREIRA, 2005).

A primeira eleição para a Câmara de Vereadores de Taquari aconteceu no dia 07 de setembro de 1849 quando foram escolhidos sete cidadãos taquarienses: Antônio dos Santos Praia, Manoel Fernandes da Silva, João Leonardo Cardoso, João Ferreira Brandão, Antônio Caetano Pereira, Américo de Azevedo Vianna e Antônio de Azambuja Vilanova. Como suplentes do primeiro processo eleitoral ficaram: Ponciano Vieira de Azambuja, Manoel Patrício de Azambuja, João da Costa e Silva, Joao Francisco Fernandes, Manoel Jacinto Pereira e Albino José Pereira. A primeira sessão aconteceu em 03 de dezembro de 1849 presidida pelo vereador Presidente da Câmara, Antônio dos Santos Praia, que fora o mais votado (AUTO DE CREAÇÃO, 1849).

Tanto os vereadores eleitos quanto os suplentes gozavam de prestígio político, econômico e social na então Vila de Taquari. Além disso, alguns tinham alianças pessoais com ricos fazendeiros e comerciantes. Antônio dos Santos Praia, em janeiro de 1850, logo depois de sua posse foi nomeado “delegado do termo de Taquari” (FARIA, 1981, p. 183). Além desse cargo, foi também Juiz de Paz e Juiz Comissário (COSTA E SILVA, 1972). Seu filho, Bernardo dos Santos Praia, ocupou um cargo militar, Tenente Quartel-Mestre do 10º Corpo de Guardas Nacionais, enquanto que sua filha, Emília, era afilhada de Manuel Alves dos Reis Louzada, o Barão de Guaíba, rico comerciante e proprietário das fazendas Pedreira, Pinhal e Conceição que, quando morreu, deixou em testamento uma quantia em dinheiro para a mesma (MOREIRA; CARDOSO, 2012; MOREIRA, 2016).

Manoel Fernandes da Silva, eleito como o segundo mais votado, era vereador em Triunfo, município a qual Taquari pertencia quando de sua emancipação. Consta no Auto de Creação da Villa de Taquari (1849), que Silva foi empossado apenas na segunda sessão, uma vez que, como representante da Câmara de Triunfo foi responsável pela posse dos demais vereadores.

O vereador João Leonardo Cardoso era proprietário de terras em Taquari, tinha em seu nome, a Fazenda Boa Vista (FARIAS, 2012). Antônio Caetano Pereira, o quinto vereador com o maior número de votos, ostentava o título de Barão de Ibirapuitã, além disso, fazia parte da Guarda Nacional (COSTA E SILVA, 1972).

João Ferreira Brandão, conhecido como “Velho Brandão”, além de comerciante em Taquari, exerceu as funções de Juiz Municipal e de Órfãos, Juiz de Paz e Delegado de Polícia (COSTA E SILVA, 1972).

Quanto à participação da família Vilanova no cenário político, a mesma foi ativa e durou por muitos anos. Entre os Vilanova que compuseram a Câmara de Vereadores durante a segunda metade do século XIX, destacam-se: Antônio de Azambuja Vilanova, Antônio José de Azambuja Vilanova, Ricardo de Azambuja Vilanova e Joaquim de Azambuja Vilanova (HESSEL, 1983). A família Vilanova era proprietária de grandes extensões de terras, entre elas, Antônio de Azambuja Vilanova fora dono das Fazendas Cantagalo e Santana (EIFLER, 1992; FARIAS, 2012).

Não só os eleitos tinham alguma projeção, suplentes também faziam parte da elite local. Entre eles, o militar Albino José Pereira que ocupava o posto de tenente-coronel. Pereira foi eleito vereador no mandato seguinte da Câmara.

Ao findar o primeiro mandato da primeira Câmara de Vereadores de Taquari, novas eleições ocorreram. Em 07 de setembro de 1852 foram escolhidos novos representantes para compor a Câmara, cujos eleitos tomaram posse em 06 de janeiro de 1853 (FARIA, 1981). Novamente a elite econômica e política se manteve no poder, pois foram eleitos, fazendeiros, militares e aqueles que ocupavam algum cargo relevante foram os “escolhidos”. Entre eles, Geraldo Caetano Pereira, que foi presidente da Câmara em duas legislaturas.

Geraldo Caetano Pereira, era proprietário de terras, a Fazenda Geraldo que se localizava em frente ao Porto Mariante (FARIAS, 2012). Pereira também tinha ligações com o Barão de Guaíba, uma vez que sua filha, Maria do Carmo Pereira, era casada com Antônio Gomes Junqueira, o administrador das fazendas Pedreira, Pinhal e Conceição, de propriedade do Barão (MOREIRA; CARDOSO, 2013).

Outro “cidadão” que fez parte por um longo período da política de Taquari foi Antônio Israel Ribeiro. Eleito como suplente na segunda legislatura, Ribeiro exerceu o mandato como vereador, na década de 1860, durante duas legislaturas (COSTA E SILVA, 1972). O Tenente-Coronel Antônio Israel Ribeiro, tinha propriedades em Taquari, entre elas, grande parte da Fazenda dos Barros, cujas terras foram concedidas sob forma de sesmaria a seu pai, João Ribeiro Lima. Conforme Christillino (2010, p. 206), “Seus principais negócios giram em torno da aquisição de heranças dos seus irmãos em áreas próximas à Fazenda dos Barros e à Fazenda Estrela, que depois, eram loteados e vendidos aos colonos”.

Década após década, representantes da elite política, econômica e social conduzem administrativamente a então Vila de Taquari. Muitas vezes legislavam em favor de alguém, mas também tinham a preocupação de zelar pelo desenvolvimento do recém-criado município.

Câmara de Vereadores de Taquari: o modus operandi

Em relação às questões da terra, elas aparecem com frequência nos ofícios da Câmara de Taquari. De acordo com a legislação vigente, cabia aos representantes da câmara zelar por estes assuntos. No entanto, alguns pedidos chamam a atenção e sugerem que os vereadores atuavam no sentido de facilitar processos para alguns membros da elite local.

No ofício de número 31 do ano de 1852 está descrito que a Câmara de Vereadores se manifesta sobre a compra de terras pelo governo da província na região. A manifestação se dá ao sugerir que as terras das Fazendas Conventos e Lajeado eram as mais adequadas para o projeto de loteamento para a imigração. Entre os argumentos apresentados estava que as terras apresentavam uma ótima fertilidade, o que ajudava na agricultura e na criação de animais. A posição da Câmara de Vereadores deve ter influenciado o governo provincial na escolha dos locais ideais para a colonização na região, inclusive no documento há a sugestão de que a compra destas terras era mais providencial do que outras devolutas que estavam interessando ao governo.

Para complementar esse elemento, em meados do século XIX, Taquari passava por uma crise econômica e, com a chegada dos imigrantes alemães à região, surgiu um novo mercado rentável para os grandes proprietários de terras (CHRISTILLINO, 2004).

As propriedades de antigas fazendas seriam transformadas em colônias, cujos lotes foram vendidos aos imigrantes. Os membros da Câmara poderiam favorecer os “novos” integrantes da elite local em formação.

Outras situações apontam a forma como a Câmara se relacionava com a elite local. Nos Ofícios 46 e 49 de 1850 (LIVRO 12, 1850), a Câmara de Vereadores deliberou sobre a arrematação de obras públicas. Uma delas, foi a construção de uma ponte sobre o Arroio Santa Cruz, arrematada por Antônio de Azambuja Vilanova, um dos vereadores suplentes. Conforme o Livro 12 (1850, Ofício 46),

Ordenando a Vossa Excelência em portaria de 05 de julho próximo passado que esta Camara sob sua responsabilidade mande faser os exames necessários na ponte de Santa Cruz que vai construir o arrematante Antonio de Azambuja Villa Nova, seguindo as condições [ilegível] a aquella portaria cumpre a mesma significar seus bons desejos, suporto que não haja conhecimento necessários para bem desempenhar o que Vossa Excelência ordena a começar pela requisição de engenheiro para indicar o lugar em que se deve construir a ponte e dar as necessárias explicações de arrematante, assim como a essa Camara requerirão que a instâncias de arrematante o vereador presidente desta Camara fez a Vossa Excelencia por intermedio do secretário do Governo . Sala das Sessões da Camara Municipal da Vila de Taquary em sessão de 12 de outubro 1850.

Nota-se que a Câmara de Vereadores poderia ou não usar o seu poder político para prestar favores à representantes da elite local, porém dependia do tipo de relação que os membros desta instituição tinham com os demais membros da sociedade local. Quanto a família Vilanova, do arrematante da obra pública, a mesma teve uma longa tradição em cargos políticos e ficou conhecida pela sua fortuna em terras. Ricardo José Vilanova, por exemplo, recebeu como sesmaria, no ano de 1816, a Fazenda São Caetano (KREUTZ et al, 2011).

Outra questão de relevância para a elite local, e que interessou a Câmara foi a manutenção da ordem escravista. Conforme o Ofício 39 (LIVRO 12, 1850),

Esta Camara Municipal faz subir ao conhecimento de Vossa Excelência o officio incluso por cópia, acrescentando as consideracoes expedidas pelo Juis de Paz de Santo Amaro de haver tanto aquelle districto, como o de Taquary crescido número de escravatura empregada na lavoura, carecendo só por isso a solitudine das Authoridades em crear meios de prevenção a qualquer sinistro acontecimento: aprevencao pela segurança reclama a dispensa de onze homens inclusive o capitão do mato da Guarda Nacional movel e da primeira linha por cada um dos districtos deste Município serem empregados nas destruições, digo empregados na destruição de quilombos e ajuntamentos que ainda mais perigosos possam desenvolver intenções devastadoras: Vossa Excelência tomando na devida consideração o que se acaba de [ilegível] dar o apreço que merece a requisição que ora se faz. [ilegível] Sala das Sessões da Câmara Municipal da Villa de Taquary em Sessao de 12 de outubro de 1850. Ilmo Senhor Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno. Presidente da Província. Assignados os mesmo vereadores da mesma forma que no Officio antecedente. Está conforme. O Secretário Antonio Baptista da Costa.

O excerto acima demonstra que havia uma preocupação latente com as fugas de escravizados e a formação de quilombos em Taquari. Nesse sentido, as insurreições também perturbavam os vereadores, como ficou claro na década seguinte, quando estava sendo planejado um levante por parte dos escravizados. Em 1863 ocorreu na Vila de

Taquari um episódio envolvendo escravizados, um plano de insurreição. Segundo Moreira (2016, p. 44),

A revolta começaria em um fandango numa chácara fora da vila, onde uma terneira seria carneada, sendo provável que nem todos seriam avisados de que se tratava de uma conspiração visando uma insurreição, mas tão somente de um encontro lúdico entre pares. Nesta “reunião de parceiros”, após terem convidado a escravaria das fazendas vizinhas, partiriam para tomar conta da vila, matando em primeiro lugar “a seus senhores, e depois [...] os mais brancos, e mesmo os pretos que não quisessem reunir com eles. O ponto de encontro desta segunda parte do plano era o cemitério, onde pretendiam “forçar as grades [...] arrancando dali barras de ferro que tem a configuração de lanças”, e deste ponto elevado desceriam invadindo Taquari. A ideia de ocupar a vila não era só dirigida a conseguir armamento, roupas e dinheiro, mas “escangalharem tudo”, causando a maior confusão possível, o que facilitaria a fuga. O plano dos cativos discriminava personalizando quatro pontos principais de Taquari que deviam ser atacados: 1º o Tenente Coronel Francisco Patrício Xavier de Azambuja, Comandante do 10º Corpo da Guarda Nacional; 2º o Delegado de Polícia João Ferreira Brandão; 3º o Tenente-coronel Albino José Pereira, Vereador e Comandante do 21º Corpo da Guarda Nacional; 4º o Major Fernando Augusto Maximiliano Kersting Juiz Municipal Suplente.

Esta situação explicaria o motivo de preocupação da vereança de Taquari com as fugas e revoltas de escravizados. Os próprios vereadores, os quais continuavam com seus negócios, se tornaram alvos. Portanto, estar nesse cargo, tornava-os representantes do próprio negócio em sua vila e os favorecia no sentido de receberem o auxílio necessário em casos de urgência, como a da insurreição. Outro fato que chama atenção, o delegado de Polícia no ano de 1863 foi vereador na composição da primeira câmara, o que demonstra que estes senhores poderiam até mudar de cargo, mas continuavam no poder.

Para o efetivo exercício de poder, outro dispositivo utilizado pelas Câmaras Municipais como forma de controle e de barganha era o Código de Posturas. As posturas eram leis de caráter preventivo e tinham como função manter a ordem pública. Desta forma, exerciam o controle social sobre os munícipes, que poderiam ou não reconhecer a instituição como um elo com o poder central.

Os Códigos de Posturas entram em vigor no Brasil ainda no período colonial, surgidos da necessidade em disciplinar os espaços públicos de uso comum nos povoados e vilas. Se constituíam de normas pautadas em restrições e proibições que iam desde a forma de vestir, até ao consumo de alimentos, além de assuntos diversos tais como: o controle de animais soltos, os vendedores nas ruas, licença de comércio, policiamento, controle de algumas atividades profissionais (mascates, farmacêuticos), vacinação, higiene pública e de atividades (matadouros, chiqueiros), organização dos cemitérios, proibição de despejos de restos nas ruas, licença para construir e tantos outros.

Em 1834 a Coroa instituiu as Assembleias Provinciais, instituições responsáveis pela aprovação dos Códigos de Posturas, que por sua vez, eram elaborados pelas Câmaras de Vereadores. À Assembleia cabia aprovar, modificar ou não aprovar o conteúdo deste documento, e o fazia de acordo com as exigências do Poder Central (MATTOSO, 1992).

A exemplo do que ocorria em toda a província, com a transformação de freguesia para vila, Taquari também experimentou um processo de urbanização. Nesse sentido, o Código de Posturas fez o trabalho de coagir a população a se comportar, pensar e agir

de acordo com o ideal de civilização pensado pela elite e colocado em prática pela Câmara de Vereadores.

No primeiro discurso do Presidente da Câmara, Antônio dos Santos Praia, em dezembro de 1849, o vereador salienta o seu compromisso com os munícipes quanto à elaboração do Código de Posturas, o que demonstra a relevância desta legislação em âmbito local para o período. Em trecho do seu discurso, Praia afirma (FARIA, 1981, p. 182), “Uma de nossas primeiras obrigações a cumprir é a Organização das Posturas do Município, em harmonia com os costumes e interesses dos nossos munícipes, por isso estou convencido que tomarei esse trabalho na mais séria consideração”.

Uma das preocupações da elite era com relação aos excluídos, ou seja, a população marginalizada. Esses indivíduos tinham como uma das principais fontes de renda, a extração da erva-mate, assim a Câmara de Vereadores ao formular o Código de Posturas limitava o acesso aos ervais por parte desta população (CHRISTILLINO, 2004; ECKERT, 2011).

A intenção de limitar o acesso fica claro em 1873 quando a Câmara de Vereadores publica um aditivo a respeito dos ervais no Código de Posturas. Dois artigos do documento demonstram o desejo dos vereadores (CHRISTILLINO, 2004, p. 213),

Da conservação dos hervaes públicos e fabrico de erva matte.

Artº...Os hervaes d’ este município que estiverem a se desdobrarem em terras devolutas, onde se poderá colher a erva matte em commum, são considerados como públicos.

Artº...Em taes hervaes ninguém poderá fabricar a erva matte, sem ter obtido uma licença dada pelo Fiscal do districto em que estiver o herval, mediante o pagamento de 2\$000rs. A qual terá vigor por um anno. O infractor incorrerá na multa de 30\$000rs. e 8 dias de cadêa.

Essas medidas tinham como objetivo, a regulação do assédio aos trabalhadores frente às áreas que interessavam a elite (CHRISTILLINO, 2004; ECKERT, 2011). Conforme Christillino (2004, p. 214), “Certamente os vereadores, e seus aliados, estariam interessados na ‘preservação’ dos ervais públicos, e ao mesmo tempo no controle sobre o grande número de trabalhadores que afluía aos mesmos”.

O Código de Posturas simbolizava a necessidade que o Governo tinha em disciplinar a expansão da cidade e a conduta dos habitantes. Mesmo no período colonial, o Código Geral de Posturas Municipais demonstrava a necessidade de se marcar as ruas e praças. Apesar das mudanças que ocorrem no país na passagem do período da Colônia ao Império, as posturas municipais continuam determinando os princípios que regeram a vida dos cidadãos (MAIA, 2014). Assim, o Código propôs racionalizar, regular e disciplinar a ocupação do território com o objetivo de orientar as relações sociais entre os moradores das cidades e do campo, e dos mesmos, com seu entorno. Foi no período Imperial (1822-1889) que as posturas municipais se converteram em expressão de exercício de poder da Coroa e também dos anseios das elites locais, que expressavam por meio delas seus interesses.

A Câmara de Vereadores era detentora de poderes locais, pois mediava todas as questões com o governo provincial. Nada era efetivado sem o aval dos membros da Câmara de Vereadores. Normalmente, a disputa por um posto era acirrada pois estar

ocupando este espaço significava ter o domínio econômico, político e social do local em que viviam.

A primeira Câmara de Vereadores eleita refletia em suas ações, o período em que atuava, caracterizando-a como conservadora, pois as suas atitudes e posições se concentraram em manter a posse de escravizados para os trabalhos, pela busca da legitimidade da instituição e respeito local, pelo esforço em realizar a construção de obras públicas que fizessem da vila um espaço urbano e respeitável aos moldes da época, além das disputas de poder entre indivíduos com interesses por vezes distintos.

Considerações finais

A título de conclusão, este trabalho apresentou o contexto histórico e político ocorrido entre os séculos XVIII e XIX em Taquari. As Atas da Câmara de Vereadores de Taquari dos anos de 1849 a 1852 mencionaram a atuação da elite local e mostrou que as eleições excluía boa parte da população, composta por escravizados e trabalhadores livres. Concernente a isto, havia a facilitação para as elites econômicas locais a possibilidade de usufruir de mais um espaço de dominância. É fato que com a Independência do Brasil, a Câmara de Vereadores não era a mesma do período colonial, porém, não deixava de atrair grupos específicos interessados em ocupar cargos políticos, que representavam poder e *status*.

A instituição camarária atuou após a emancipação da Vila de Taquari, cujo objetivo era transformar a antiga freguesia em um espaço urbano mais organizado. Para isto, utilizou mecanismos de coerção, como as posturas municipais, cuja fiscalização e punição onerosa, controlou o comportamento dos cidadãos e como se relacionavam dentro do espaço da vila.

Neste seguimento, a elite política que ocupou este espaço não foi a mesma ao longo dos seus primeiros cinquenta anos, mas demonstraram a sua preocupação em manter a vila se desenvolvendo economicamente e se relacionando com as demais vilas e províncias do país. Da mesma forma, o discurso e a posição política eram cambiantes de acordo às necessidades da elite taquariense, apesar de não ter o mesmo status que as elites da capital, tal elite sabia jogar o jogo político que mudava com muita rapidez no século XIX.

Em suma, havia entre os vereadores eleitos, integrantes das famílias consideradas “tradicionais”. A partir daí, percebe-se que a família Azambuja, por exemplo, fez por um longo período, parte do corpo que tomava as decisões políticas da vila. A presença de famílias de sobrenomes regionais, bem conhecidos, no campo da política brasileira tem a sua perpetuação no poder local até meados do século XX.

A título de conclusão final, a intenção dessa pesquisa foi de apresentar a história de um povoado importante para a história urbana e social do sul do Brasil. A cidade de Taquari do século XXI é pouco estudada em termos de desenvolvimento regional e as pesquisas de caráter histórico ainda são efêmeras. A importância dessa investigação reverbera a trajetória e o processo de estabelecimentos de estruturas pautadas em um só ponto de vista. Os estudos históricos regionais têm o papel de apresentar a história de outros grupos e como se formou as elites locais.

Referências

ACERVO Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da UNIVATES. Ata da 1ª Sessão da Câmara de Taquari. 13 de dezembro de 1849.

AUTO DA CREAÇÃO. *Auto da Creação da Villa de Taquari*. Câmara de Vereadores de Taquari, 1849.

BOTTOMORE, Thomas Burton. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Cartografia da geopolítica e das guerras: Brasil Meridional. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, 2012, Rio Grande. *Anais Eletrônicos...* Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

COMISSOLI, Adriano. *Os ‘homens bons’ e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

COSTA E SILVA, Riograndino. *São José de Taquari: a história de minha terra*. Porto Alegre: Edições Flama, 1972.

ECKERT, José. *Maior parte dos bens nacionais foram devastados irresponsavelmente: ação governamental e extrativismo de erva mate durante o século XIX no Rio Grande do Sul*. *Temas Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 15, p. 457-480, 2011.

EIFLER, Ellen W. *Bom Retiro do Sul: sua história... sua vida*. Porto Alegre: Feplam, 1992.

FARIA, Octávio A. *Monografia do município de Taquari*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.

FARIAS, Jovani. *Fazenda Vilanova sua história*. Lajeado: Editora da Univates, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. *Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844)*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014. FERREIRA, Manoel. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FONSECA, Cláudia. *Arraiais e vilas d'El Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FREITAS, Andressa Antunes. A história urbana numa perspectiva global: alguns aspectos do debate historiográfico. Temporalidades. *Revista de História*, Edição 30, v. 11, n. 2, 2019.

GODOY, Paulo. A cidade no Brasil: período colonial. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 8 -15, 2011.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1. 2011, Paraty. *Anais...* Paraty: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

HESSEL, Lothar. *O município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1983.

KREUTZ, Marcos; SCHNEIDER, Patrícia; MACHADO, Neli Galarce; SCHNEIDER, Fernanda. *Arroio do Meio: entre rios e povos*. Lajeado, Editora da Univates, 2011.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1978.

LIVRO de registro de ofícios e representações dirigidas ao governo Provincial, Geral e Assembleia Provincial e Geral, 1850 a 1852. Acervo da Câmara de Vereadores de Taquari. Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, 1850 a 1852.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil imperial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LUVIZOTTO, Caroline. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2009.

MAIA, Doralice S. Normativas urbanas no Brasil Imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822-1850). *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 25, v. 2, 2014.

MATTOSO, Katia. *Bahia século XIX, uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MIRANDA, Márcia; MARTINS, Liana. (Coords.). *Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808*. Porto Alegre: CORAG, 2008.

MOREIRA, Paulo. Saquear a povoação, roubar as mulheres e se reunir com os castelhanos: Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, n. 21, p. 34-61, 2016.

MOREIRA, Paulo; Cardoso, Raul. Insurreição escrava, desordem e cotidiano: políticas senhoriais e comunidades negras e cativo (Taquari – RS – Século XIX). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2012, Rio Grande. *Anais ...* Rio Grande: FURG, 2012.

MOREIRA, Paulo; Cardoso, Raul. Trabalhadores, insubmissos e lavradores: ocupações escravas em uma unidade produtiva mista (Taquari, século XIX). *História em Revista*, Pelotas, n. 19, p. 311-329, 2013.

NICOLAU, Jairo. *A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro*. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. 2004, Coimbra, *Anais...* Coimbra, 2004.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. *Claves - Revista de História*, Montevideo, n. 1, p. 67-90, 2015.

PIRES, Karen Daniela. O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.

RIOS, Ana M; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v.5, n.8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

RUBERT, Arlindo. *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

SARMENTO, Christiane F. Povoações, freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

TAQUARI, Câmara de Vereadores. Livros da Câmara de Vereadores de Taquari. Livro 1: 1850. Centro de Memória Documentação e Pesquisa da Univates. Texto original manuscrito.

TAQUARI, Câmara de Vereadores. Livros da Câmara de Vereadores de Taquari. Livro 12: 1850-1852. Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates. Texto original manuscrito.

VOGT, Olgário P.; ROMERO, Maria R. Z. *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos – cultura, arte e memória*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.